



1º SIMULADO

TRT RS

Analista Judiciário
Área Judiciária

Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TRT RS – Analista Judiciário – Área Judiciária – Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT RS;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-RS-Analista-Área-Judiciária-05-06-22>

- | | |
|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 31 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 32 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 33 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 34 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 35 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 36 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 37 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 38 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 39 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 40 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 26 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 27 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 28 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 29 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 30 – A B C D E | 60 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Janaina Arruda

Evidentemente, identificar a literatura com o valor literário (os grandes escritores) é, ao mesmo tempo, negar (de fato e de direito) o valor do resto dos romances, dramas e poemas e, de modo mais geral, de outros gêneros de verso e de prosa. Todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão. Dizer que um texto é literário subentende sempre que um outro não é. O estreitamento institucional da literatura no século XIX ignora que, para aquele que lê, o que ele lê é sempre literatura, seja Proust ou uma fotonovela, e negligencia a complexidade dos níveis de literatura (como há níveis de língua) numa sociedade. A literatura, no sentido restrito, seria somente a literatura culta, não a literatura popular (a *Fiction* das livrarias britânicas).

Por outro lado, o próprio cânone dos grandes escritores não é estável, mas conhece entradas (e saídas): a poesia barroca, Sade, Lautréamont, os romancistas do século XVIII são bons exemplos de redescobertas que modificaram nossa definição de literatura. Segundo T. S. Eliot, que pensava como um estruturalista em seu artigo *La tradition e le talent individuel* [A tradição e o talento individual] (1919), um novo escritor altera toda a paisagem da literatura, o conjunto do sistema, suas hierarquias e suas filiações: Os monumentos existentes formam entre si uma ordem ideal que é modificada pela introdução, entre eles, da nova (da verdadeiramente nova) obra de arte. A ordem existente é completa antes da chegada da nova obra; para que a ordem subsista, depois da intervenção da novidade, o conjunto da ordem existente deve ser alterado, ainda que ligeiramente; e assim as relações, as proporções, os valores de todas as obras de arte em relação ao conjunto são reajustados.

Demônio da teoria, de Antoine Compagnon

01. O autor ressalta aspectos **contrastantes** no caso da literatura, tal como se observa na relação entre estas duas expressões:

- a) grandes escritores e valor dos romances
- b) julgamento de valor e atestado de exclusão
- c) Literatura culta e literatura restrita
- d) monumentos existentes e obra de arte
- e) valor da arte e conjunto de obras

02. Atente para as seguintes afirmações sobre o texto:

I- Quando um texto não é literário, subentende-se que existam outros que sejam considerados literários.

II- A *Fiction* das livrarias é considerada literatura popular e essa não corresponde ao padrão de literatura erudita em seu sentido *stricto sensu*.

III- Os monumentos que existem formam, entre eles, uma ordem padrão que se torna indiferente à presença da verdadeiramente nova obra de arte.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) III, apenas.

03. São **irrelevantes** para a definição de valor literário estes fatores:

- a) texto literário e valor estético
- b) julgamento de valor e obra de arte
- c) níveis de literatura e literatura culta
- d) o que se lê sempre é literatura e níveis de literatura
- e) o conjunto do sistema, suas hierarquias e suas filiações

04. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- a) *num atestado de exclusão* (1º parágrafo) = indicativo de inferioridade
- b) *estreitamento institucional da literatura* (1º parágrafo) = afastamento do instituto literário
- c) *cânone dos grandes escritores* (2º parágrafo) = modelo de referência dos autores
- d) *pensava como um estruturalista* (2º parágrafo) = articulava como um pragmático
- e) *da intervenção da novidade* (2º parágrafo) = influência do moderno

05. Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal em:

a) Evidentemente, seriam a identificação da literatura com valoração literária, simultaneamente, negação do valor dos demais romances e, de modo geral, de tantos outros gêneros.

- b) O estreitamento institucional dos textos literários no século XIX não preveem que, para quem lê, o que é lido sempre será literatura, seja Proust ou uma fotonovela, além de negligenciar a complexidade dos níveis de literatura (como há níveis de língua) numa sociedade.
- c) O texto literário, em seu sentido restrito, apenas seria a literatura culta e não aquela popular. Assim, considera-se a Fiction das livrarias britânicas uma espécie de texto popular.
- d) Toda a paisagem da literatura seriam alterada por um novo escritor; o conjunto do sistema, suas hierarquias e suas filiações.
- e) Os monumentos existente forma uma ordem ideal que se modifica pela introdução, entre eles, da nova (da verdadeiramente nova) obra de arte.

06. Observe a construção correta com relação à colocação do pronome:

- a) O estreitamento institucional da literatura no século XIX ignora que espera-se o negligenciamento de determinado modelos estereotipados.
- b) O autor afirma que, se um texto é literário, outro valerá-se desse mesmo critério de aceitação.
- c) Os monumentos existentes formam entre si uma ordem ideal que modifica-se pela introdução de novas obras de arte.
- d) A ordem existente é completa antes que se aproxime a nova obra.
- e) Os valores de todas as obras de arte em relação ao conjunto nem reajustam-se, nem alteram-se.

07. Analisando-se aspectos sintáticos de frases do texto, é correto afirmar que em

- a) *O estreitamento institucional da literatura no século XIX ignora que, para aquele que lê, o que ele lê é sempre literatura, seja Proust ou uma fotonovela, e negligencia a complexidade dos níveis de literatura* as formas verbais sublinhadas têm um mesmo sujeito.
- b) *os romancistas do século XVIII são bons exemplos de redescobertas que modificaram nossa definição de literatura* configura-se um caso de indeterminação do sujeito.

c) *Os monumentos existentes formam entre si uma ordem ideal* a voz verbal é ativa, sendo uma ordem ideal o objeto indireto.

d) *um novo escritor altera toda a paisagem da literatura* não há a possibilidade de transposição para outra voz verbal.

e) *Todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão* o elemento sublinhado exerce a função de adjunto adverbial de modo.

f)

08. Está adequada a correlação de regência no seguinte caso:

a) a Identificação da literatura ao o valor literário é, ao mesmo tempo, negação do valor do resto dos romances, dramas e poemas.

b) De modo geral, a valoração de um julgamento repousa sob atestado excludente.

c) Um escritor novo modifica o contexto literário implica em um novo conjunto do sistema.

d) A ordem que existe é completa, mesmo que faça referência a outra obra.

e) o conjunto da ordem existente pertence à cânones, ainda que ligeiramente negligenciados.

A diferença entre a literatura e qualquer outra atividade (porque não se pode dizer, de modo algum, ser ela a única forma de resistir à angústia da existência) é que, ao contrário das demais, que constituem respostas ou reflexos, como a ação, à necessidade de transformar o mundo, a literatura reflete a vida e reflete sobre a vida. Possui, por isso, uma vantagem sobre os demais recursos, na medida em que, por intermédio dela, torna-se possível acompanhar, ao longo do tempo, os diferentes níveis de angústia, numa confrontação que ora se acentua, ora se atenua, mas nunca desaparece na espinha dorsal de cada obra.

Ronaldo Lima Lins

09. Deve-se presumir, com base no texto, que

a) A literatura limita-se a confrontar a realidade de determinada época na busca de encontrar sentidos para o texto.

b) A literatura pode ser a representação de uma sociedade em seu aspecto histórico-social uma vez reflete, em diversas perspectivas, a depender dos

autores, conflitos vividos em recortes temporais da história humana.

- c) Os conflitos que a literatura reflete acabam se dissipando na espinhal dorsal de cada obra analisada, pois são formas que se modificam na compreensão da angústia.
- d) A literatura não resiste à angústia da existência, pelo contrário, ela é a reflexão profunda de uma atividade outra que resiste à passagem do tempo.
- e) Há diferentes níveis de angústia na literatura que ora se acentuam, ora se atenuam ao longo tempo, pois ela, assim como outra atividade, resiste à angústia da existência.

10. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se uma forma do plural para preencher de modo adequado

a lacuna da seguinte frase:

- a) As representações que (promover) quem constrói obras a partir da angústia de uma época são muitas.
- b) Não (convir) aos grandes representantes de obras literárias aceitar que pode haver uma representação literária em obras populares.
- c) Por que (haver) de caber a uma reflexão sobre vida os conceitos norteadores de uma obra literária?
- d) O que à literatura não (poder) faltar, ainda mais nos momentos de angústia, é uma reflexão sobre a vida.
- e) Não (caber) às obras literárias de grande valor, ainda que essas não sejam unânimes, menosprezar as chamadas obras populares, julgar a essas como inferiores.

11. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:

- a) A tensão provocada pela literatura, pondo sempre em jogo os dois polos – o da vida e o da morte – é um dos aspectos que confere a ela a possibilidade de “educar para o Fado e para a morte”, levando o leitor, a um permanente estado de inquietação face ao destino das personagens.
- b) Se a literatura – enquanto representação mimética – está aquém da violência extrema, como se realiza no âmbito literário, o diálogo da arte com a morte? Como

o objeto literário se posiciona face à efemeridade humana?

- c) Para Dostoiévski e para quase todos os artistas importantes que vieram depois dele o desespero é o único traço comum que define todo o seu esforço criativo. Embora parecesse limitador, o desespero, acabou se tornando um caminho para novas áreas, novas normas e novas maneiras de ver o mundo a partir das quais os próprios conceitos tradicionais de arte.
- d) A escrita permite que as palavras sejam recuperadas em tempos e espaços distintos daquele em que o pai-autor proferiu a fala viva. Se as marcas escritas apresentam essa dupla possibilidade – permitir, por um lado, o esquecimento e, por outro, propiciar a recuperação e a imortalidade do discurso – é porque detêm um poder que ultrapassa a fala viva.
- e) O narrar, que sempre estivera associado à vida ganha nova feição: converte-se em iminência de morte. Matizada pela morte, a escritura revela-se *phármakon*, apontando para a eficácia e a precariedade da escrita.

12. Está gramaticalmente adequada a construção do seguinte período:

- a) A visão a que nos sujeitamos hoje está pautada em nossas relações, essas são cada vez mais limitadas e utilitaristas. Dessa forma, nossa perspectiva de mundo é subordinada a essas escolhas empobrecidas, uma vez que são baseadas em ações que não nos representam integralmente, são ações mecânicas, planejadas para que obtenhamos algum benefício momentâneo.
- b) Mesmo que a tecnologia seja uma constante e que, incontestavelmente, esses avanços representa progresso para a sociedade atual e industrializada, outros valores se tornem decadentes devido às relações estarem mais pautadas na superficialidade promovida pela alta tecnologia.
- c) O plano social e plano cultural humano está segregado a relações que se tornaram esvaziadas, a um tempo cada vez mais limitado e que se configura como perca de tempo, pois aquilo que não gera lucro deve ser visto como desnecessário.
- d) A sociedade industrial ainda é nosso reflexo, mesmo que queremos nos distanciar de acontecimentos marcantes para a história da humanidade como Aushiwitz ou a bomba de Hiroshima, ainda nos

encontrássemos assujeitados aos vícios morais que ocasionaram cenas tão devastadoras.

e) Em uma época carregada de problemas, a vida cotidiana passa a ser um exercício de sobrevivência. Se vive um dia de cada vez. Raramente olha-se para trás, por medo de sucumbir à uma debilitante nostalgia; e quando se olha para frente, é para ver como se garantir contra os desastres que todos aguardam.

13. Uma frase comum no início de certo tipo de documento oficial está corretamente redigida em:

a) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja realizado uma Audiência Pública...

b) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja realizado uma Reunião Solene...

c) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja formulado um Voto de Aplauso pela beneficiência da senhora Ana Margarete da Silva...

d) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que sejam transcritos os artigos sobre a ascensão da nova classe média em Pernambuco...

e) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que, seja enviado Votos de Pesares aos familiares dos cabeleleiros...

14. Sobre o Padrão Ofício, é CORRETO afirmar que

a) O endereçamento deve apresentar o pronome de tratamento devido

b) Existem dois fechos: Atenciosamente e Atentamente

c) O assunto deve ser apresentado de modo prolixo

d) Local e Data são desnecessários para documentos nesse padrão

e) possui estrutura idêntica a de uma ata pública

15. Para redigir um texto em que estejam presentes as propriedades da redação oficial, é condição necessária EXCETO:

a) concisão

b) clareza

c) precisão

d) suavidade

e) objetividade

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

16. Em um certo TRT, trabalham 17 juízes, divididos em três níveis, de acordo com sua experiência: dois são do nível I, cinco do nível II e os demais do nível III. Trabalhando individualmente, os juízes dos níveis I, II e III conseguem analisar integralmente um processo em 1 hora, 2 horas e 4 horas, respectivamente. Se os 17 juízes desse tribunal trabalharem individualmente por 8 horas, então o total de processos que será analisado integralmente pelo grupo é igual a

a) 28

b) 34

c) 51

d) 56

e) 68

17. Ângela e Beth possuem juntas R\$ 2.460,00. Ângela gastou $\frac{2}{5}$ desse dinheiro e Beth gastou $\frac{5}{9}$ do que sobrou. Comparando o dinheiro que sobrou ao final dos gastos com o dinheiro que elas tinham juntas antes dos gastos, houve uma redução de

a) R\$ 1.736,00.

b) R\$ 1.804,00.

c) R\$ 1240,00.

d) R\$ 1.464,00.

e) R\$ 1.936,00.

18. Após vender um automóvel, João dividiu totalmente a quantia que recebeu em pagamento entre sua esposa, seus dois filhos e sua sobrinha. A divisão foi feita do seguinte modo:

- a filha e o filho receberam a metade do total na razão de 4 para 3, respectivamente;

- sua esposa Maria recebeu o dobro do valor recebido pelo filho;

- a sobrinha recebeu R\$ 15.000,00

Nessas condições, a quantia total recebida pela venda de tal imóvel foi:

a) R\$ 140.000,00

- b) R\$ 154.000,00
- c) R\$ 210.000,00
- d) R\$ 224.000,00
- e) R\$ 280.000,00

19. Em uma metrópole, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; M, N e P. Os resultados mostraram que:

420 pessoas gostam da rave M.

420 pessoas gostam da rave N.

500 pessoas gostam da rave P.

40 pessoas gostam das três raves.

200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.

120 pessoas gostam das raves M e N.

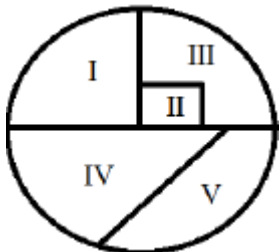
140 pessoas gostam das raves M e P

100 pessoas gostam das raves N e P.

O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi igual a:

- a) 1500
- b) 1.140
- c) 1220
- d) 1260
- e) 1120

20. Um jogo é disputado com o mapa abaixo. O mapa possui cinco regiões, que devem ser coloridas de modo que aquelas que fazem fronteira tenham cores distintas. As cores disponíveis para colorir tal mapa são: branco, preto, roxo e rosa.



Se a região I for colorida com branco e a região V for colorida com preto, então a região II poderá ser colorida APENAS com

- a) rosa
- b) preto

- c) roxo
- d) rosa ou roxo
- e) roxo ou branco

21. Se não é verdade que, no mês passado, em todos os sábados, se chovia, Roberto ia à igreja, então, no mês passado,

- a) em nenhum sábado que não fez chover, Roberto foi à igreja.
- b) em todos os sábados que não choveu, Roberto não foi à igreja.
- c) houve pelo menos um sábado em que não choveu e Roberto foi à igreja
- d) em todos os sábados, choveu e Roberto foi à igreja
- e) houve ao menos um sábado que choveu e Roberto não foi à igreja

22. Considere, abaixo, as afirmações e o valor lógico atribuído a cada uma delas entre parênteses.

- Ou Junior é pintor, ou Bia não é cozinheira (afirmação FALSA).
- Se César é matemático, então Junior não é pintor (afirmação FALSA).
- Bia é cozinheira ou Ana não é motoqueira (afirmação VERDADEIRA).

A partir dessas afirmações,

- a) Junior não é pintor e Bia não é cozinheira.
- b) Ana é motoqueira ou Bia é cozinheira.
- c) César é matemático e Ana não é motoqueira.
- d) Junior é pintor e César não é matemático.
- e) Ana é motoqueira ou Junior não é pintor.

LEGISLAÇÃO

Emerson Bruno

23. De acordo com o Regimento Interno do TRT da 4ª Região, NÃO é órgão do TRT RS.

- a) a Presidência.
- b) a Seção Especializada em Dissídio Coletivo - SDC.
- c) o Órgão Especial do TRT.

- d) o Tribunal Pleno.
e) as Câmaras.

24. São cargos de Direção do TRT da 4ª Região, EXCETO.

- a) o Presidente.
b) o Corregedor Regional.
c) o Vice-Corregedor Regional.
d) o Ouvidor.
e) o Vice-Presidente.

25. A eleição para os cargos de direção do Tribunal ocorrerá:

- a) primeira sexta-feira útil de dezembro dos anos ímpares.
b) primeira sexta-feira útil do mês de outubro dos anos ímpares.
c) primeira sexta-feira útil do mês de outubro dos anos pares.
d) primeira sexta-feira útil do mês de novembro dos anos ímpares.
e) primeira sexta-feira útil do mês de novembro dos anos pares.

26. De acordo com o Regimento Interno do TRT da 4ª Região (RS), o Órgão Especial do Tribunal é composto por:

- a) 18 Desembargadores.
b) 16 Desembargadores.
c) 20 Desembargadores.
d) 25 Desembargadores.
e) 11 Desembargadores.

27. Conforme previsto no Regimento Interno do TRT da 4ª Região, a 1ª Seção Especializada em Dissídios Individuais é composta por:

- a) 11 Desembargadores.
b) 17 Desembargadores.
c) 10 Desembargadores.
d) 08 Desembargadores.
e) até 04 Desembargadores.

28. De acordo com o previsto na Lei no 8.112/1990 para as penalidades disciplinares, a

- a) demissão só pode ser aplicada para caso de servidor já apenado, ainda que por outra infração disciplinar, com suspensão.
b) advertência deve ser necessariamente acompanhada da imposição de multa pecuniária, de caráter pedagógico.
c) advertência e a suspensão ficam registradas na ficha do servidor apenado, não podendo ser canceladas durante a atividade.
d) primeira infração disciplinar praticada pelo servidor efetivo deve necessariamente ser apenada com advertência.
e) reincidência de infrações passíveis de punição com advertência enseja aplicação de suspensão.

29. A Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, estabelece que a

- a) investidura em cargo público ocorre com a nomeação.
b) ascensão é forma de provimento de cargo público.
c) posse ocorrerá nos casos de nomeação, promoção e reintegração.
d) recondução é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
e) reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado.

30. Adriana, servidora pública federal, deverá ter exercício em outro Município em razão de ter sido removida. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o prazo para Adriana retomar efetivamente o desempenho das atribuições de seu cargo, considerando que não pretende declinar de tal prazo, e que não está de licença ou gozando de afastamento será, contado da publicação do ato, de, no mínimo,

- a) dez e, no máximo, trinta dias, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.

- b) cinco e, no máximo, sessenta dias, excluído desse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- c) cinco e, no máximo, trinta dias, excluído desse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- d) dez e, no máximo, sessenta dias, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- e) dez e, no máximo, noventa dias, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

31. Sobre o tema competência, analise as assertivas a seguir:

- I – Duas ações que tenham a mesma causa de pedir são conexas;
- II – Os processos de ações conexas devem ser reunidos para decisão conjunta, salvo se em um deles já tiver havido audiência de instrução e julgamento;
- III – Reputam-se conexas os processos de execução de título extrajudicial e a ação de conhecimento sobre o mesmo ato jurídico;
- IV – Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, desde que haja conexão entre eles.

Assinale a alternativa que aponta TODAS as assertivas corretas:

- a) I, II, III, e IV.
- b) I e IV.
- c) I, II e III.
- d) I e III.
- e) II e III.

32. A respeito da denunciação da lide, assinale a alternativa correta:

- a) quando a denunciação da lide for indeferida, o direito regressivo não mais pode ser exercido.
- b) admite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor

imediatamente na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação apenas com a concordância das partes.

- c) feita a denunciação pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante e acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.
- d) procedente o pedido da ação principal, pode o autor requerer o cumprimento da sentença apenas contra o denunciante.
- e) se o denunciante for vencedor, a ação de denunciação não terá o seu pedido examinado e sem condenação do denunciante ao pagamento de verbas sucumbenciais.

33. Uma ação foi proposta contra Alberto e contra Zenaldo. O processo é eletrônico e Alberto e Zenaldo têm procuradores diferentes.

O autor da ação manifestou, na inicial, desinteresse pela realização de audiência de conciliação e mediação.

Antes da data agendada para a audiência, Alberto e Zenaldo também protocolaram manifestação de desinteresse na composição amigável. A petição de Alberto foi protocolada numa segunda, dia 16 de maio de 2022, e a de Zenaldo numa sexta, dia 20 de maio de 2022.

A data final para a apresentação de contestação, supondo que não haja qualquer feriado ou dia sem expediente forense:

- a) 6 de junho para Alberto e 13 de junho para Zenaldo.
- b) 7 de junho para Alberto e 13 de junho para Zenaldo.
- c) 13 de junho para ambos.
- d) 28 de junho para Alberto e 4 de julho para Zenaldo.
- e) 4 de julho para ambos.

34. O réu, antes de discutir o mérito, deve alegar as questões processuais preliminares. Em regra, o próprio juiz pode, de ofício, conhecer dessas questões, no entanto, NÃO é possível que o juiz se manifeste de ofício sobre:

- a) a falta de caução exigida por lei e a perempção.
- b) a convenção de arbitragem e a incompetência relativa.
- c) a incorreção do valor da causa e a conexão.

- d) a litispendência e a coisa julgada.
e) a incapacidade da parte e a ausência de legitimidade.
- 35.** Em sede de mandado de segurança de competência originária do Superior Tribunal de Justiça, uma das Seções do Tribunal proferiu decisão de denegação da ordem. O impetrante verificou que outra Turma do STJ, que não integra a referida Seção, já formou jurisprudência no sentido de que, em situação idêntica à sua, a ordem deve ser concedida. Nesse caso, excluídos os embargos de declaração, o recurso que o impetrante pode interpor é o de:
- a) recurso ordinário.
b) recurso extraordinário.
c) embargos de divergência.
d) agravo interno.
e) apelação.

- 36.** NÃO se considera atentatória à dignidade da justiça a seguinte conduta do executado de:
- a) opor-se maliciosamente à execução, com emprego de ardis e meios artificiosos.
b) dificultar ou embaraçar a realização da penhora.
c) deixar de pagar o débito no prazo de 3 dias.
d) resistir injustificadamente às ordens judiciais.
e) intimado, não indicar ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibir prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

- 37.** O Congresso Nacional aprovou proposta de emenda à Constituição, de iniciativa de um terço do Senado, para modificar o efetivo das Forças Armadas e o regime jurídico dos militares. A respeito do caso narrado, de acordo com as normas constitucionais referentes ao processo legislativo, aponte a alternativa correta.
- a) A emenda é inconstitucional, por vício de iniciativa, uma vez que proposta de emenda a respeito do efetivo

das Forças Armadas e do regime jurídico dos militares é de iniciativa privativa do Presidente da República.

- b) O vício de iniciativa no processo legislativo tanto das leis quanto das emendas à Constituição Federal poderá ser sanado pela sanção presidencial.
c) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República e na iniciativa.
d) A emenda é formalmente inconstitucional, uma vez que não foi apresentada por nenhum dos legitimados descritos na Constituição Federal.
e) A Proposta de emenda deveria ter sido enviada ao Presidente da República para, no prazo de 15 dias úteis, manifestar-se sancionando ou vetando.

38. A respeito da eficácia das normas constitucionais, nos termos da clássica definição de José Afonso da Silva, analise as normas constitucionais abaixo e, em seguida, aponte a alternativa correta.

- I. “Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (art. 5º, inciso III, da CF).
II. “Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos” (art. 230, § 2º, da CF/88).
III. “A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública” (art. 88 da CF/88).
a) As normas constantes em II e III são de eficácia limitada de princípio institutivo.
b) Apenas a norma constante no item I tem eficácia plena.
c) Todas as normas constitucionais têm eficácia contida.
d) O item II contém norma constitucional de eficácia limitada programática.
e) A normas constantes em I e II são de eficácia plena.

39. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
b) da União, por lei complementar.
c) do Município, mediante lei.

- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

40. A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), indique a única alternativa incorreta.

- a) O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Judiciário, embora seis de seus quinze membros não integrem o Poder Judiciário.
- b) Não efetuadas as indicações dos membros do CNJ no prazo legal, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.
- c) A função de Ministro-Corregedor é exercida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e dos servidores.
- e) O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiarão junto ao Conselho Nacional de Justiça.

41. O Tribunal de Justiça do Maranhão julgou válida a Lei estadual 200/2015 que havia sido contestada em face de lei federal 14.000/2010. Conforme redação da Constituição Federal, da decisão cabe

- a) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- d) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

42. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.
- b) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito. Assim, o governador é inelegível deputado, bem como o senador é inelegível Presidente da

República, salvo se renunciarem aos seus respectivos cargos no prazo fixado pela Constituição Federal.

- c) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.
- d) São brasileiros natos, em regra, os que nascem no Brasil, independentemente de os pais serem ou não brasileiros. Aqueles que nascem fora do Brasil, ainda que filhos de brasileiros, não obterão a nacionalidade primária dos pais, salvo se vierem residir no Brasil e optarem, a qualquer tempo, depois de adquirida a maioria, pela nacionalidade brasileira.
- e) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do associado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

43. Acerca do regime jurídico aplicável aos cargos públicos, a Constituição Federal e a Lei nº 8.112/1990 dispõem que

- a) readaptação é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- b) recondução é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- c) reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- d) o aproveitamento ocorrerá em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado e acarretará a vacância do cargo.
- e) reversão é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

44. Doquinha, servidor público do Município de Fabianópolis, ao promover fiscalização em determinado estabelecimento comercial, identificou que diversas normas de segurança estavam sendo desrespeitadas,

colocando em risco a vida da população. Em razão disso, Doquinha determinou a imediata interdição do estabelecimento, até que todas as medidas de segurança fossem atendidas. A atuação de Doquinha

- a) está abrangida pelo poder hierárquico, tendo em vista que a Administração possui posição superior ao administrado, o que lhe garante a prerrogativa de impor-lhe sanções.
- b) se insere dentro do poder de polícia, que dispõe do atributo da coercibilidade, assegurando à Administração a prerrogativa de impor coativamente ao particular as suas decisões, independentemente de concordância deste.
- c) está abrangida pelo poder normativo, tornando possível que a Administração estabeleça obrigações aos particulares, bem com fiscalize e aplique sanções no caso de seu descumprimento.
- d) é compatível com o exercício do poder disciplinar, que assegura à Administração a prerrogativa de apurar infrações e de aplicar penalidade aos seus administrados.
- e) é expressão do poder de polícia, que se emprega do atributo da autoexecutoriedade, garantindo à Administração o direito de impor uma ação sem autorização do Poder Judiciário, tornando inviável que o atingido se defenda judicial ou administrativamente.

45. A Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que

- a) a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 10 anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos.
- b) é inadmissível a celebração de contratos com prazo de vigência indeterminado, em respeito ao princípio da eficiência e do respeito ao instrumento convocatório.
- c) é permitida a conjugação das normas da Lei nº 8.666/90 com as da Lei nº 14.133/2021, excepcionalmente quanto à celebração de contratos administrativos.
- d) o contratante será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- e) o pregão é modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou maior desconto.

46. Quando um ato administrativo é praticado sob a alegação de uma situação que não aconteceu, isto é, inverídica, está-se diante de vício no elemento

- a) motivo, pois a razão exposta pelo agente público, no momento da edição do ato, deve ser verdadeira.
- b) objeto, pois o ato não foi editado em conformidade com o interesse público, já que o efeito gerado não será compatível com a realidade dos fatos.
- c) vinculação, em razão do ato não ter sido praticado em conformidade com a lei, requisito imprescindível à sua concretização.
- d) forma, tendo em vista que a razão apresentada se vincula ao ato, devendo ser condizente com a realidade.
- e) competência, em virtude da autoridade que o expediu não possuir, evidentemente, capacidades técnicas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

47. Paulo, contador autônomo, prestando serviços em sua própria empresa de contabilidade, compareceu na audiência representando sua cliente, a Empresa Sol Brilhante S/A, acompanhado do advogado da reclamada, sendo que a Carta de Preposição, a Procuração e a Defesa já estavam devidamente juntadas aos autos. Neste caso, de acordo com a CLT, alterada pela Lei nº 13.467/2017 e o entendimento sumulado do TST,

- a) a juntada de Carta de Preposição, Procuração e a Defesa, por si só, elide os efeitos da revelia e da confissão quanto à matéria de fato.
- b) a reclamada, por ser Sociedade Anônima, não está devidamente representada, uma vez que o preposto, neste caso, deveria ser seu empregado.
- c) a reclamada está devidamente representada, uma vez que o preposto não precisa ser seu empregado.
- d) Paulo deveria ter conhecimento dos fatos para ser preposto, sendo que trabalhando em escritório próprio, presume-se que não possui condições de representar a empresa.
- e) Paulo deveria ser empregado da empresa, considerando-se ausente a reclamada, devendo ser excluídos ou desconsiderados a contestação e os documentos apresentados.

48. Analisando o normativo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho quanto à nomeação de advogado com poderes para o foro em geral na Justiça do Trabalho,

- a) dá-se pela juntada prévia de instrumento de procuração, com firma devidamente reconhecida.
- b) a nomeação poderá ser efetivada mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.
- c) apenas o trabalhador poderá reclamar sem a presença de advogado, uma vez que o princípio do jus postulandi somente se aplica à parte hipossuficiente.
- d) o advogado pode atuar sem que lhe sejam exigidos poderes outorgados pela parte, em razão da previsão legal do jus postulandi.
- e) nos dissídios coletivos é obrigatória aos interessados a assistência por advogado constituído necessariamente por instrumento de mandato, com firma devidamente reconhecida.

49. No tocante à audiência, defesa e revelia no processo do trabalho, considere:

- I. É tolerado o atraso de cinco minutos das partes no horário de comparecimento às audiências.
- II. O não comparecimento do reclamado importa em revelia e a confissão quanto à matéria de fato, exceto se, havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação.
- III. O não comparecimento do reclamado importa em revelia e a confissão quanto à matéria de fato, exceto se a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
- IV. Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.

Neste caso e em consonância com a CLT, alterada pela Lei nº 13.467/2017 e jurisprudência sumulada pelo TST, está correto o que consta APENAS em

- a) II, III e IV.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.

e) II e III.

50. A Empresa M, insatisfeita com a sentença que julgou parcialmente procedente na reclamação trabalhista movida por A, interpôs Recurso Ordinário no quinto dia de seu prazo. No oitavo dia, pagou e protocolizou petição juntando as guias de custas processuais e da efetivação do depósito recursal, com os valores corretos. Neste caso, e de acordo com o entendimento sumulado do TST, o Recurso Ordinário será

- a) recebido, uma vez que o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, sendo que a interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.
- b) considerado deserto, negado o seu recebimento, uma vez que deveria ser interposto juntamente com as guias de depósito recursal, sendo que a sua antecipação prejudica a dilação legal.
- c) recebido, uma vez que a empresa não tem obrigação de comprovar o depósito recursal, por ter perdido parcialmente a demanda.
- d) considerado deserto, negado o seu recebimento, pois o depósito recursal deveria ter sido realizado perante a instituição bancária no mesmo dia da interposição do recurso, mesmo que a comprovação fosse feita posteriormente.
- e) recebido, pois a regra de que a interposição antecipada prejudica a dilação legal no tocante à comprovação do depósito recursal só se aplica aos Recursos de Revista.

51. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e entendimento Sumulado do TST, no ato de interposição do agravo de instrumento, em regra, e desde que não atingido o valor da condenação,

- a) não é exigido depósito recursal.
- b) o depósito recursal corresponderá a 50% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- c) o depósito recursal corresponderá a 30% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- d) o depósito recursal corresponderá a 60% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- e) somente será devido o depósito recursal se tratar de procedimento ordinário, sendo este correspondente a

25% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrarcar.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

52. Após a reforma trabalhista, deixaram de ser computadas como jornada extraordinária as variações de jornada em que o empregado adentra ou permanece dentro da empresa exercendo determinadas atividades.

Nesse sentido, a CLT dispõe que a seguinte atividade não está relacionada como sendo atividade particular:

- a) troca de roupa, nas situações em que há obrigatoriedade de se realizá-la na empresa.
- b) lazer.
- c) descanso.
- d) estudo.
- e) práticas religiosas.

53. Em decorrência do *jus variandi*, os empregados que ocupam de cargos de confiança:

- a) podem ser transferidos pelo empregador, mesmo sem necessidade do serviço.
- b) não podem ser transferidos pelo empregador, seja unilateral ou bilateralmente.
- c) só podem ser transferidos caso concordem expressa ou tacitamente com a alteração.
- d) podem ser transferidos unilateralmente pelo empregador, desde que comprovada a necessidade do serviço.
- e) só podem ser transferidos caso o empregador se comprometa a pagar um adicional relativo ao acréscimo no custo de vida, se houver.

54. Julgue os itens abaixo no tocante aos efeitos da extinção do contrato de trabalho:

- I. Caso o empregado tome a iniciativa de extinguir seu contrato de trabalho, sem conceder aviso prévio ao empregador, este não poderá descontar daquele os salários correspondentes ao prazo respectivo, em virtude do princípio da intangibilidade salarial.
- II. O empregado não pode renunciar ao aviso prévio, mesmo que comprove ter obtido novo emprego.

III. Nas situações em que há extinção da empresa ou do estabelecimento, o pagamento das indenizações devidas não exclui o direito do empregado ao aviso prévio.

IV. A ocorrência de qualquer justa causa no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e IV.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

55. Dinei Magrão, empregado da empresa “Galeto do Sul Ltda.”, foi demitido após a vigência da Lei 12.506/2011. Na data do aviso prévio, ele contava com 1 ano e 3 meses de serviço. Nesse caso, tem prevalecido a tese de que ele terá direito a:

- a) 33 dias de aviso prévio.
- b) 30 dias de aviso prévio.
- c) 34 dias de aviso prévio.
- d) 36 dias de aviso prévio.
- e) 39 dias de aviso prévio.

56. Julgue os itens abaixo:

- I. Os trabalhadores urbanos, embora tenham direito ao adicional noturno à razão de 25%, não gozam da hora noturna reduzida.
- II. Os empregados que exercem atividade interna incompatível com a fixação de horário de trabalho não são abrangidos pelo controle de jornada, devendo tal condição ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados.
- III. Os gerentes, que exercem cargos de gestão, os diretores e chefes de departamento ou filial, em geral, não possuem direito ao recebimento de horas extraordinárias, caso não sejam submetidos a controle de jornada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.

- b) II.
- c) I e II.
- d) III.
- e) II e III.

57. Julgue os itens abaixo:

- I. A CLT proíbe expressamente cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a redução do intervalo intrajornada.
- II. A alimentação não fornecida em dinheiro ou fornecida por empresa participante do programa de alimentação ao trabalhador não tem caráter salarial.
- III. Não possui caráter salarial a educação oferecida pelo empregador como utilidade, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, exceto os valores relativos aos livros e material didático.
- IV. Possui caráter salarial os seguros de acidentes pessoais pegos pelo empregador, já que não são pagos para o trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) II e IV.

58. Não tem caráter salarial a seguinte utilidade ou parcela:

- a) moradia para que o empregado viva com sua família e desfrute de boa qualidade de vida.
- b) verbas para aquisição de cigarros e bebidas alcólicas.
- c) vale cultura.
- d) verbas para combustível do carro próprio do empregado.
- e) verbas para o empregado contratar uma babá para seu filho e, assim, viabilizar sua presença no ambiente de trabalho.

59. No que tange à concessão de férias, julgue os itens abaixo:

- I. Para fins de férias, será considerada falta justificada a ausência durante o licenciamento compulsório da empregada por motivo de maternidade ou aborto, observados os requisitos para percepção do salário-maternidade custeado pela Previdência Social.
- II. Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por exatos trinta dias.
- III. O prazo para pagamento das férias é até dois dias antes do início das mesmas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

60. Suponha que Tício sofreu acidente do trabalho, mas conseguiu receber adequado atendimento médico, prestado por força do plano de saúde oferecido pela empresa ao empregado. Na ocasião, em razão de ter se afastado por mais de quinze dias do seu trabalho, Tício recebeu auxílio-doença acidentário. Nesta situação, é correto afirmar que:

- a) seu contrato de trabalho será interrompido, desde o início do afastamento até seu retorno.
- b) seu contrato de trabalho será suspenso, desde o início do afastamento até seu retorno.
- c) após o afastamento, Tício não fará jus à manutenção de seu plano de saúde.
- d) seu contrato de trabalho será suspenso nos quinze primeiros dias de seu afastamento e interrompido no período remanescente.
- e) deve ser assegurado a Tício o direito à manutenção de seu plano de saúde, não obstante a suspensão contratual durante a percepção do auxílio-doença acidentário.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-RS-Analista-Área-Judiciária-05-06-22>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>